Resultado da_Agenda Legislativa

De 07/04/2025 até 11/04/2025

Câmara Dos Deputados

08/04/2025 – terça-feira

12:21 **PLEN - Plenário**
Sessão Não Deliberativa Solene
Local Plenário da Câmara dos Deputados **Status** Encerrada
Objetivo
Homenagem à 21ª Edição do Acampamento Terra Livre Homenagem à 21ª Edição do Acampamento Terra Livre

13:55 **PLEN - Plenário**
Sessão Deliberativa
Local Plenário da Câmara dos Deputados **Status** Encerrada
Objetivo
Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)
Proposições em pauta

Ordem: **8**

CD PL 347/2003 – (URGENTE)
Autor(a): **CPITRAFI**
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
Despachos: CDC -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Fred Costa (PRD/MG)
ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI
AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO
ARGUMENTAÇÃO
Junto a esse projeto tem um bloco com mais de **40 projetos de lei apensados**, todos direcionados na **Lei de Crimes Ambientais**, em especial, aos crimes contra a fauna silvestre.
As proposições visam, em sua maioria, aumentar penas, criar novos tipos penais específicos e estabelecer regras rígidas para a destinação de animais apreendidos em situações de tráfico ou maus-tratos.
Posto isso, ficamos no aguardo da publicação do parecer de plenário, para fazer uma análise ponderada, apesar de nobre e necessário o combate ao tráfico de fauna e proteção da biodiversidade , é preciso atenção redobrada quanto a eventuais excessos, inseguranças jurídicas e impactos colaterais não mensurados.

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **9**

CD PL 6969/2013 – (URGENTE)
Autor(a): **Sarney Filho (PV/MA)**
Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.
Despachos: **CCJC** -> PLEN
Atual Relator(a): Túlio Gadêlha (REDE/PE)
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
Favorável na forma que se apresenta o **Parecer Preliminar de Plenário nº 9.**

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **11**

CD PL 36/2021 – (URGENTE)
Autor(a): **Zé Vitor (PL/MG)**
Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a vegetação nativa e dá outras providências, para aumentar o prazo que os pequenos agricultores possuem para se inscrever no CAR e fazerem jus aos benefícios do PRA.
Despachos: CAPADR -> **CMADS** -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Caroline de Toni (PL/SC)
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI
AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO
ARGUMENTAÇÃO
Segundo o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), o prazo para aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) está estabelecido no §2º do art. 59, que diz:
"A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, que deve ser requerida em até 2 (dois) anos após o cadastro, observado o disposto no §4º do art. 29."
· A Lei diz que o produtor tem 2 anos para aderir ao PRA (o programa que ajuda a regularizar áreas desmatadas antes de 2008). Mas a lei não diz exatamente quando esse prazo começa a contar.
· O problema é que, em muitos casos, os órgãos ambientais ainda não analisaram o CAR de vários produtores. E sem essa análise, o produtor nem sabe se precisa se regularizar.
· Mesmo assim, o prazo de 2 anos pode estar correndo e quando a análise finalmente for feita, o tempo pode já ter acabado e o produtor perde o direito de entrar no PRA e fazer jus aos benefícios.
· O que o projeto busca, é corrigir isso, dizendo que o prazo de 2 anos só começa a contar depois que a autoridade ambiental disser que a propriedade tem um passivo ambiental.

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **20**

CD PL 3899/2012 – (URGENTE)
Autor(a): **Jandira Feghali (PCDOB/RJ)**
Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.
Despachos: CCJC -> CDE -> CFT -> CMADS -> CICS -> PLEN
Atual Relator(a): Luciano Vieira (REPUBLICANOS/RJ)
ORIENTAÇÃO FPA
AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **23**

CD PL 3469/2024 – (URGENTE)
Autor(a): **José Guimarães (PT/CE)**
Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre medidas de aumento da capacidade de resposta do Poder Público frente às ocorrências de incêndios florestais e demais hipóteses que especifica.
Despachos: CVT -> **CREDN** -> CCJC -> CMADS -> PLEN
Atual Relator(a): Nilto Tatto (PT/SP)
ORIENTAÇÃO FPA
EM ANÁLISE

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

14:41 **CPD – Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência**

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 13 **Status** Encerrada (Final)

Objetivo

Discussão e Votação de Propostas Legislativas

Proposições em pauta

Ordem: **27**
CD PL 3324/2024 - (ORDINARIA)
Autor(a): **Jonas Donizette (PSB/SP)**
Altera o art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para equiparar o sofrimento psicológico excessivo à exigência de serviços superiores às forças do trabalhador.
Despachos: CPD -> CSAUDE -> CTRAB -> CCJC
Atual Relator(a): Sargento Portugal (PODE/RJ)
Parecer
Altera o art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para equiparar o sofrimento psicológico excessivo à exigência de serviços superiores às forças do trabalhador.

ORIENTAÇÃO FPA
ACOMPANHAR

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do relator.

14:54 **CICS - Comissão de Indústria, Comércio e Serviços**
Reunião Deliberativa
Local Anexo II, Plenário 05 **Status** Encerrada (Final)
Objetivo
Discussão e votação de propostas legislativas
Proposições em pauta

Ordem: **4**

CD PL 3757/2020 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Hugo Leal (PSD/RJ)**
Dispõe sobre a atividade de operação logística, sobre a emissão de títulos por empresas de armazéns gerais e dá outras providências.
Despachos: CVT -> CDE -> CICS -> CCJC
Atual Relator(a): Lucas Ramos (PSB/PE)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Lucas Ramos (PSB-PE), pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela CDE, com subemendas, e pela rejeição da Emenda 1/2024 da CICS, e do Substitutivo adotado pela CVT.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
O principal objetivo do PL é **reconhecer a figura do operador logístico**, uma vez que essa figura, atualmente, não está prevista em **nenhuma norma legal ou administrativa**, o que traz uma certa insegurança jurídica ao setor. Portanto, o bojo do projeto **regulamenta a atividade de operador logístico no Brasil,** ramo empresarial que oferece serviços integrados de **transporte, armazenagem e gestão de estoques** de mercadorias para os setores industrial, comercial e agropecuário. Além disso, em linhas gerais, as novas disposições previstas no Projeto desburocratizam diversos aspectos a respeito das questões relativas às empresas de armazenagem no Brasil.

Resultado:
Discutiram a Matéria: Dep. Gilson Marques (NOVO-SC), Dep. Jorge Goetten (REPUBLIC-SC), Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO-SP), Dep. Lucas Ramos (PSB-PE) e Dep. Luiz Fernando Vampiro (MDB-SC). Prejudicado o Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Gilson Marques, em razão da concessão, de ofício, pelo Presidente, da votação pelo processo nominal. Retirado de pauta, a pedido do Relator. Encerrada a Discussão. Votação nominal, de ofício, do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Gilson Marques. Rejeitado o Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Retirada de Pauta. Resultado: 2 votos "Sim", 9 votos "Não". Quórum de votação: 11 votos. Encaminhou a votação o Deputado Gilson Marques.

Ordem: **5**

CD PL 6099/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Jerônimo Goergen (PP/RS)**
Altera a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, inserindo a atividade econômica de médio risco.
Despachos: CDE -> CICS -> CCJC
Atual Relator(a): Vitor Lippi (PSDB/SP)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Vitor Lippi (PSDB-SP), pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
ACOMPANHAR

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em razão do prazo de emendas ao substitutivo.

Ordem: **6**

CD PL 6348/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Vilson da Fetaemg (PSB/MG)**
Dispõe sobre a criação da denominação "Cachaça Artesanal", sua produção, fiscalização, controle e comercialização e dá outras providências.
Despachos: CICS -> CAPADR -> CCJC
Atual Relator(a): Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
ACOMPANHAR

Resultado:
Retirado de pauta, por acordo. Prejudicado o Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Gilson Marques, em razão da Retirada de Pauta, por acordo. Prejudicado o Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Gilson Marques, em razão da Retirada de Pauta, por acordo.

Ordem: **11**

CD PL 2154/2024 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Sargento Portugal (PODE/RJ)**
Dispõe sobre a presença de médico veterinário nos estabelecimentos comercias que comercializem medicamentos veterinários e defensivos agrícolas que especifica.
Despachos: CICS -> **CSAUDE** -> CCJC
Atual Relator(a): Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
As estatísticas mostram que preponderantemente o microempreendedor individual (MEI) movimenta a economia do setor de *pet shop*, portanto, considerar a **imposição** legal na **contratação de médico veterinário** (que possui **alto custo**), poderia inviabilizar grande parte desses pequenos negócios e, por consequência, deixaria desempregado a maior parte dos trabalhadores que atuam no setor (formação de nível médio). Os altos custos que são impostos aos pequenos comerciantes não são justificados pelo benefício que este PL traz, de mera consulta e orientação que o veterinário faria ao cliente da loja.

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Discutiram a Matéria: Dep. Gilson Marques (NOVO-SC) e Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO-SP). Prejudicado o Requerimento de Adiamento de Discussão, de autoria do Deputado Mauricio Marcon. Prejudicado o Requerimento de Adiamento de Discussão, de autoria do Deputado Zucco, Líder da Oposição. Aprovado o Parecer. Prejudicado o Requerimento de Adiamento de Discussão, de autoria do Deputado Delegado Ramagem. Prejudicado o Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Adiamento de Discussão, de autoria do Deputado Mauricio Marcon. Prejudicado o Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Adiamento de Discussão, de autoria do Deputado Zucco. Prejudicado o Requerimento de Adiamento de Votação, de autoria do Deputado Mauricio Marcon. Prejudicado o Requerimento de Adiamento de Votação, de autoria do Deputado Zucco, Líder da Oposição. Prejudicado o Requerimento de Adiamento de Votação, de autoria do Deputado Delegado Ramagem. Retirado o Requerimento de Adiamento de Votação, de autoria do Deputado Gilson Marques, Vice-Líder da Minoria. Retirado o Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Adiamento de Votação, pelo Autor, Deputado Gilson Marques. Prejudicado o Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Adiamento de Votação, de autoria do Deputado Zucco. Prejudicado o Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Adiamento de Votação, de autoria do Deputado Mauricio Marcon. Prejudicado o Requerimento de Votação Nominal do Requerimento de Adiamento de Votação, de autoria do Deputado Delegado Ramagem.

14:56 **CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 01 **Status** Encerrada (Final)

Objetivo

Discussão e votação de propostas legistativas

Proposições em pauta

Ordem: **61**

CD PL 471/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Célio Moura (PT/TO)**
Altera os artigos 429 e 430 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre a contratação de aprendizes pelos empreendimentos da agricultura familiar.
Despachos: CTRAB -> CCJC
Atual Relator(a): Patrus Ananias (PT/MG)
Parecer
Altera os artigos 429 e 430 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre a contratação de aprendizes pelos empreendimentos da agricultura familiar

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
O **contrato de aprendizagem** é uma **modalidade especial** de contrato de trabalho, prevista na CLT, em que o empregador se compromete a oferecer formação técnico-profissional ao **jovem aprendiz**. Gerando oportunidades reais de emprego e qualificação para estudantes em fase de formação escolar.
Atualmente, muitas empresas cumprem essa obrigação contratando jovens, em geral, **nas áreas urbanas**. Portanto, esse projeto, visa incentivar as **agroindústrias da agricultura familiar,** colocando elas no rol das entidades que podem substituir os Serviços Nacionais de Aprendizagem ampliando as opções de profissionalização dos **jovens do campo.**
Assim, ao invés de contratar apenas jovens da cidade, essas agroindústrias poderiam formar e empregar jovens do meio rural (filhos de agricultores familiares) contribuindo para sua **capacitação profissional** e incentivando sua **permanência no campo.**

Resultado:
Não deliberado.

16:32 **CPOVOS – Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais – CPOVOS – Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais**

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 12 **Status** Encerrada

Objetivo

Discussão e votação de propostas legislativas SUJEITA A ALTERAÇÕES . Eleição de Vice-Presidentes . Arquivamento de requerimentos de 2023 e 2024

Proposições em pauta

Ordem: **9**

CD PL 2337/2024 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Albuquerque (REPUBLICANOS/RR)**
Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem nas regiões que especifica, para incluir a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e dá outras providências.
Despachos: CPOVOS -> CAPADR -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS/RR)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Defensor Stélio Dener (REPUBLIC-RR), pela aprovação deste.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
Amplia a cobertura territorial do Garantia-Safra (uma espécie de seguro para A.F), incluindo os municípios sob a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), reconhecendo os agricultores familiares da região amazônica e portanto, não podendo continuar excluídos dessa política pública de proteção.
O projeto reajusta o valor do benefício para R$ 10.000 por família, pagos em até seis parcelas, atualizando um valor que está hoje defasado e que estava garantindo condições mínimas de sobrevivência às famílias impactadas.
Além de **ampliar a cobertura** do benefício para todas as culturas agrícolas. anteriormente cobria feijão, milho, arroz, mandioca e algodão desconsidera a ampla diversidade produtiva da agricultura familiar brasileira,

Resultado:
Não deliberado.

16:41 **CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 06 **Status** Encerrada

Objetivo

Discussão e votação de requerimentos legislativos

09/04/2025 – quarta-feira







